



Ademicon Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29

Demonstrações Financeiras 2022

ademicon.com.br

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da **ADEMICON Administradora de Consórcios S/A**, correspondentes ao período findo em **31 de dezembro de 2022**, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao exercício. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio com a marca **ADEMICON, IVECO, NEW HOLLAND, LIBRELATO, MITSUBISHI e SUZUKI**, entre outras, que consolida nosso

trabalho há mais de 30 anos. A companhia atualmente possui 135 grupos em andamento, com 147.526 cotas ativas. No ano de 2022, a administradora registrou o resultado líquido de R\$ 149.397,06. O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 49.826,95. O ano de 2022 foi marcado pelo atingimento de diversos recordes pela companhia, como o do volume de vendas anual de R\$ 12 bilhões e geração recorde de receita e lucro na história da companhia. Diversos eventos relevantes ocorreram no período, como o do lançamento do PLANO 50, que possibilita ao cliente a fazer o pagamento da parcela com redução de 50% até a data de contemplação. Além disso, o ano também foi marcado pelo strike da iniciativa de marketing da companhia, que trouxe para o nosso time o Garoto Propaganda Tadeu Schmidt, apresentador oficial do BBB - programa com maior audiência televisiva do país e do qual a Ademicon é patrocinadora oficial. Por fim, foi lançado um dos eventos mais esperados da Ademicon - o primeiro congresso de consórcio Ademicon, que reuniu todos os licenciados e autorizados da companhia. Também chamado de "Ademicon Summit", o congresso contou com 2 dias repletos de

palestras com a diretoria da Ademicon, que abordou um leque completo com os melhores escopos do mercado. Na data-base 31/12/2022, a ADEMICON mantém a 1ª posição no ranking do Banco Central, entre as administradoras independentes em ativos administrados nos segmentos I e II - Imóveis e Pesados). Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso controlador, a **Ademicon Crédito, Serviços e Consultoria S.A.** e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 07 de abril de 2023

Os Administradores

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Em milhares de Reais			
	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receita Operacional				
Receita de prestação de serviços	19	235.038	415.341	283.753
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.046	6.844	1.196
Impostos e contribuições incidentes	20	(21.905)	(42.540)	(16.623)
Receita Operacional Líquida		217.180	379.645	268.326
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com pessoal	21	(21.375)	(42.186)	(16.993)
Outras despesas administrativas	23	(70.378)	(125.985)	(182.661)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	24	(183)	(184)	(1.293)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		125.244	211.290	67.379
Imposto de renda e contribuição Social sobre o lucro	25	(29.518)	(57.080)	(22.408)
Participação nos lucros	26	(2.842)	(4.812)	(2.035)
Lucro Líquido do Período		92.884	149.398	42.935
Lucro por lote de mil ações		9,43	15,18	4,36
Ações		9.844.920,00	9.844.920,00	9.844.920,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Em milhares de Reais		
	2º SEMESTRE 2022	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
Lucro Líquido do semestre/exercício	92.884	149.398	42.935
Movimentação do semestre/exercício	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	92.884	149.398	42.935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Em milhares de Reais		
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido	92.884	149.398	42.935
Ajustes por:			
Depreciação	509	838	262
Participação nos lucros	2.842	4.812	2.035
Imposto de renda e contribuição social	29.518	57.080	22.408
Constituição de provisão (reversão) para contingências	421	593	118
Perdas de crédito com liquidação duvidosa	1.954	7.469	48
Lucro por incorporação	181	181	-
Lucro ajustado	128.310	220.371	67.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS EM 31 DE DEZEMBRO

Ativo	Nota	31/dez/22		31/dez/21	
		31/dez/22	31/dez/21	31/dez/22	31/dez/21
Circulante		3.303.494	2.524.295	3.303.494	2.524.295
Caixa e equivalente a caixa		558	2.408	558	2.408
Depósitos bancários		558	2.408	558	2.408
Depósitos bancários		558	2.408	558	2.408
Aplicações financeiras		758.190	651.828	758.190	651.828
Outras		758.190	651.828	758.190	651.828
Aplicações financeiras		758.190	651.828	758.190	651.828
Outros créditos		2.544.746	1.870.059	2.544.746	1.870.059
Valores específicos		2.544.746	1.870.059	2.544.746	1.870.059
Bens retornados ou devolvidos		8.696	4.556	8.696	4.556
Direitos junto a consorciados contemplados	11	2.536.050	1.865.503	2.536.050	1.865.503
Compensação		47.081.349	34.447.883	47.081.349	34.447.883
Consórcio		47.081.349	34.447.883	47.081.349	34.447.883
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		131.094	101.919	131.094	101.919
Contribuições devidas ao grupo		23.768.077	17.376.994	23.768.077	17.376.994
Valor dos bens ou serviços a contemplar		23.182.178	16.968.969	23.182.178	16.968.969
Total do Ativo e Contas de Compensação		50.384.843	36.972.178	50.384.843	36.972.178

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Em milhares de Reais		
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Disponibilidades no início do período	758.979	654.236	232.939
Depósitos bancários	978	2.408	-
Aplicações financeiras do grupo	71.214	81.042	25.163
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	686.787	570.786	207.776
(+) Recursos coletados	1.456.923	2.715.317	2.209.046
Contribuições para aquisição de bens	1.081.069	2.019.031	1.493.439
Taxa de administração	307.590	576.949	430.909
Contribuições ao fundo de reserva	7.518	13.682	9.661
Rendimentos de aplicações financeiras	40.939	73.495	21.430
Multas e juros moratórios	1.666	3.174	2.308
Prêmios de seguros	3.555	6.996	6.124
Custas judiciais	2.433	3.998	3.008
Reembolso de despesas de registro	735	1.364	1.125
Outros	11.418	16.628	241.042
(-) Recursos utilizados	(1.457.154)	(2.610.805)	(1.787.749)
Aquisição de bens	(1.095.458)	(1.943.756)	(1.274.798)
Taxa de administração	(309.665)	(580.810)	(435.569)
Multas e juros moratórios	(825)	(1.567)	(1.122)
Prêmios de seguros	(3.513)	(6.911)	(6.027)
Custas judiciais	(2.690)	(4.335)	(3.139)
Devolução a consorciados desligados	(32.928)	(51.891)	(35.303)
Despesas de registro de contrato	(723)	(1.345)	(1.116)
Outros	(11.352)	(20.190)	(30.675)
Disponibilidades no fim do período	758.748	758.748	758.748
Caixa e equivalente a caixa	559	559	559
Aplicações financeiras do grupo	60.640	60.640	81.042
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	697.549	697.549	570.786

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Em milhares de Reais		
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Disponibilidades no início do período	758.979	654.236	232.939
Depósitos bancários	978	2.408	-
Aplicações financeiras do grupo	71.214	81.042	25.163
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	686.787	570.786	207.776
(+) Recursos coletados	1.456.923	2.715.317	2.209.046
Contribuições para aquisição de bens	1.081.069	2.019.031	1.493.439
Taxa de administração	307.590	576.949	430.909
Contribuições ao fundo de reserva	7.518	13.682	9.661
Rendimentos de aplicações financeiras	40.939	73.495	21.430
Multas e juros moratórios	1.666	3.174	2.308
Prêmios de seguros	3.555	6.996	6.124
Custas judiciais	2.433	3.998	3.008
Reembolso de despesas de registro	735	1.364	1.125
Outros	11.418	16.628	241.042
(-) Recursos utilizados	(1.457.154)	(2.610.805)	(1.787.749)
Aquisição de bens	(1.095.458)	(1.943.756)	(1.274.798)
Taxa de administração	(309.665)	(580.810)	(435.569)
Multas e juros moratórios	(825)	(1.567)	(1.122)
Prêmios de seguros	(3.513)	(6.911)	(6.027)
Custas judiciais	(2.690)	(4.335)	(3.139)
Devolução a consorciados desligados	(32.928)	(51.891)	(35.303)
Despesas de registro de contrato	(723)	(1.345)	(1.116)
Outros	(11.352)	(20.190)	(30.675)
Disponibilidades no fim do período	758.748	758.748	758.748
Caixa e equivalente a caixa	559	559	559
Aplicações financeiras do grupo	60.640	60.640	81.042
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	697.549	697.549	570.786

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	Em milhares de Reais		
	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Disponibilidades no início do período	758.979	654.236	232.939
Depósitos bancários	978	2.408	-
Aplicações financeiras do grupo	71.214	81.042	25.163
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	686.787	570.786	207.776
(+) Recursos coletados	1.456.923	2.715.317	2.209.046
Contribuições para aquisição de bens	1.081.069	2.019.031	1.493.439
Taxa de administração	307.590	576.949	430.909
Contribuições ao fundo de reserva	7.518	13.682	9.661
Rendimentos de aplicações financeiras	40.939	73.495	21.430
Multas e juros moratórios	1.666	3.174	2.308
Prêmios de seguros	3.555	6.996	6.124
Custas judiciais	2.433	3.998	3.008
Reembolso de despesas de registro	735	1.364	1.125
Outros	11.418	16.628	241.042
(-) Recursos utilizados	(1.457.154)	(2.610.805)	(1.787.749)
Aquisição de bens	(1.095.458)	(1.943.756)	(1.274.798)
Taxa de administração	(309.665)	(580.810)	(435.569)
Multas e juros moratórios	(825)	(1.567)	(1.122)
Prêmios de seguros	(3.513)	(6.911)	(6.027)
Custas judiciais	(2.690)	(4.335)	(3.139)
Devolução a consorciados desligados	(32.928)	(51.891)	(35.303)
Despesas de registro de contrato	(723)	(1.345)	(1.116)
Outros	(11.352)	(20.190)	(30.675)
Disponibilidades no fim do período	758.748	758.748	758.748
Caixa e equivalente a caixa	559	559	559
Aplicações financeiras do grupo	60.640	60.640	81.042
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	697.549	697.549	570.786

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ademicon Administradora de Consórcios S.A., é uma companhia de capital fechado, tendo por objetivo explorar o ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis, veículos leves e pesados e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20/dez/71. Forma jurídica: Sociedade Anônima de capital fechado. Sede: Av. Sete de Setembro, 5870 - Batel - Curitiba - PR. Na data de 29 de novembro de 2021, a companhia finalizou um processo de incorporação da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Empresa do mesmo setor especialista em consórcio de veículos leves e pesados. O processo de incorporação está descrito nos seguintes pontos: 1.1 *Processo de Incorporação*: 1.1.1 *Contexto Operacional*: ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. (Ademilar - CNPJ nº 84.911.098/0001-29) e CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. (Conseg - CNPJ nº 81.742.223/0001-26), ambas empresas administradoras de consórcio, sendo a primeira focada em consórcio de Investimento Imobiliário e a última, administradora de consórcio focada em veículos leves e pesados. Em 02 de julho de 2020, Conseg Consórcios, Ademicon Participações Societárias Ltda., Trator Participações S.A., William Jefferson Maciel Fernandes, Leste Private Equity Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Treecorp Trator Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Jussara Pianowski, Raul Schuchovsky Neto, Tatiana Schuchovsky Reichmann, Conseg Participações S.A., e Ademilar celebraram um acordo de investimentos e outras avenças, por meio do qual foram acertados os termos e condições para que seja formalizada a combinação de negócios da Conseg Participações, da Ademicon, e suas respectivas afiliadas. Assim, ainda no ano de 2020, os representantes das empresas iniciaram as tratativas para fusão negocial de seus segmentos, em razão da sinergia e complementariedade das atividades, motivo pelo qual realizaram uma incorporação societária. Desta forma, foi originada a ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., posicionando, portanto, a empresa no mercado como a maior administradora independente de consórcios do Brasil. 1.1.2 *Da Incorporação*: Em 30/11/2020 houve elaboração do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil Apurado por Meio dos Livros Contábeis elaborado pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S, o qual teve como objetivo a avaliação dos saldos do patrimônio líquido contábil apurado por meio de livros contábeis com posição em 30/11/2020 da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., empresa incorporada pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Com base no laudo apresentado, foi entendido que o valor do patrimônio líquido contábil da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. é de R\$ 12.942.914,32, conforme balanço patrimonial de 30/11/2020. Portanto, o capital social da Incorporadora (Ademilar) passou de R\$ 7.000.000,00, dividido em 7.000.000 ações ordinárias, para R\$ 19.942.914,32, dividido em 9.844.920 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Ainda, como documento de suporte da incorporação foi elaborado o Protocolo e Justificação de Incorporação da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., que, em suma, previu a necessidade de cumprimento das condições

suspensivas para consumação da incorporação, e dentre elas, estava a obtenção da devida aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, no Protocolo e Justificação de Incorporação ficou estabelecido que as variações patrimoniais apuradas na empresa incorporada, com relação aos elementos ativos e passivos a serem verificados para a empresa incorporadora, no período entre a data-base e a data da efetivação da incorporação seriam devidamente apropriadas pela própria incorporadora, passando-se para seus livros contábeis e efetuando-se as alterações necessárias. Em 22/01/2021 as empresas realizaram Assembleia Geral Extraordinária, a fim de aprovar a incorporação e seus documentos, os quais foram devidamente aprovados por unanimidade. Como consequência da operação, houve a alteração do grupo de controle societário da incorporadora, mediante ingresso dos novos acionistas e a mudança da denominação social para Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Em 25/05/2021 houve a eleição de nova Diretora de Operações, passando, portanto, a Sra. Maria Fernanda Schuchovsky Gruber a assumir o cargo em questão na Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Os documentos societários foram encaminhados para validação do Banco Central do Brasil - BACEN e deferidos em 18/08/2021, com condições complementares a serem cumpridas pelas partes mediante expedição do Ofício 18070/2021-BCB/Deori/GTCUR. Após a retificação para inclusão da previsão de membros suplentes em igual número ao previsto para os membros efetivos do Conselho Fiscal, conforme determina o artigo 161, §1º, da Lei nº 6.404/1976, todos os registros no módulo "Autorizações" do Unicad, declaração de conferência do estatuto social, nos termos da Carta Circular nº 3.129, de 1º de abril de 2004, envio do mapa de composição de capital refletindo a nova composição societária da incorporadora, que deverá ser transmitido eletronicamente por meio do Sistema de Transferência de Arquivos (STA), conforme Sisor 3.4.30.70 e dos documentos do fechamento da operação ao BACEN, os documentos societários passaram por uma nova análise. Todavia, em 24/11/2021 o BACEN emitiu o Ofício 26977/2021-BCB/Deori/GTCUR deferindo o processo de incorporação, seguindo-se, portanto, de autorização para iniciar os registros perante a Junta Comercial do Paraná e perante a Receita Federal do Brasil, os quais só foi finalizado em 29/11/2021. O acervo líquido a ser incorporado, representado pela totalidade dos ativos e passivos da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., na data-base de 29 de novembro de 2021, estava assim composto:

ATIVO	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	51.850
Valores referentes a grupos encerrados	38.432

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais

PASSIVO	
Valores referentes a grupos encerrados	38.432
Recursos não procurados	10.649
Impostos a recolher	7.467
Provisão para contingências	857
Valores recebidos a ratear - grupos encerrados	2.811
Outras obrigações	16.651
Total do Passivo	76.867
ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL	38.833

O total de passivo incorporado pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., é de R\$ 76.867 dos quais R\$ 38.432 são referentes a recursos pendentes de recebimento de grupos encerrados (lançamento que também é contabilizado no ativo) e R\$ 10.649 referentes a recursos não procurados, R\$ 7.467 como passivos fiscais e previdenciários e R\$ 16.651 a outras obrigações (R\$ 2.235 provisões com pessoal, R\$ 6.703 provisões de viagens de incentivo comerciais e fornecedores diversos e R\$ 7.713 de comissões a pagar). As contingências passivas totalizaram R\$ 857, das quais R\$ 38 é referente a contingências trabalhistas e R\$ 818 civis. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 739,7 em 29 de novembro de 2021. **1.1.3 Da consolidação da operação:** Desta forma, a Ademicon Administradora de Consórcios S.A. passou a ser constituída do seguinte quadro: a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que foram nomeados na Assembleia Geral Ordinária de 2024: **Tatiana Schuchovsky Reichmann** - Diretora Presidente; **Guilherme Mei Carrasco** - Diretor Financeiro; **Maria Fernanda Schuchovsky Gruber** - Diretora de Operações. b) Acionista Controladora: Ademicon Participações S/A. Na data de 31 de dezembro de 2022, a companhia finalizou um processo de incorporação reversa da ADEMICON PARTICIPAÇÕES S.A. Empresa que estava como "Controladora". Tendo em vista que 100% (cem por cento) das ações de emissão da Incorporadora são de titularidade da Incorporadora, a operação buscou uma reorganização societária idealizada e conduzida pelas Partes a qual visa o ganho de benefícios administrativos, econômicos e financeiros e, ao mesmo tempo, permitindo a realocação de ativos e passivos com maior eficiência. A realização da Operação trará os seguintes benefícios: (i) racionalização e simplificação da estrutura societária, e, consequentemente, a consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das Partes, permitindo a melhor gestão de operações, de ativos e de fluxos de caixa, resultando, assim, na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por consequência, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelo grupo econômico; e (iii) racionalização e simplificação da gestão, de modo a contribuir para a futura expansão dos negócios sociais combinados. O processo de incorporação está descrito nos seguintes pontos: **1.2 Processo de Incorporação Reversa:** **1.2.1 Do processo de incorporação reversa:** Em 31/12/2022 foi elaborado o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil Apurado por Meio dos Livros Contábeis elaborado pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S, como objetivo de avaliar os saldos do patrimônio líquido contábil com posição em 31/12/2022 da ADEMICON PARTICIPAÇÕES S.A., empresa incorporada reversamente pela ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Com base no laudo apresentado, a avaliação foi realizada pelo valor contábil dos bens, direitos e obrigações refletidos no balanço base da Incorporada, apurado de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, considerando-se, para tanto, o balanço patrimonial da Incorporada datado de 30 de novembro de 2022 ("Data-Base"), bem como os seus respectivos livros e registros contábeis, fiscais, analíticos e auxiliares, com determinados ajustes por forma decorrentes dos seguintes eventos subsequentes à Data-Base: a distribuição de dividendos intermediários, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial da Incorporada levantado em 30 de novembro de 2022, aprovada pelo Conselho de Administração da Incorporada em reunião realizada em 31 de dezembro de 2022 ("Distribuição de Dividendos"). **Valor Atribuído:** Conforme demonstrado no Laudo de Avaliação, a Empresa Avaliadora concluiu, com base nos trabalhos efetuados, que o montante de R\$ 74.597.184,45 (setenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil, cento e oitenta reais e quarenta e cinco centavos) representa, em todos os aspectos relevantes, o valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada ("PL Incorporada"), na Data-Base, a ser incorporado pela Incorporadora. Do montante do PL da Incorporada, R\$ 66.563.393,27 (sessenta e seis milhões quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos) representa o valor da participação societária detida pela Incorporadora na Incorporadora, avaliada pelo método da equivalência patrimonial na Data-Base, que será descontado do montante do PL Incorporada para fins da Operação. Dessa forma, o valor do ativo líquido da Incorporada, já descontado o valor da participação societária detida pela Incorporadora na Incorporadora e outros ajustes aplicáveis, será equivalente a R\$ 8.033.791,18 (oito milhões, trinta e três mil setecentos e noventa e um reais e dezoito centavos) sendo utilizado para aumento de Capital na Incorporadora, e o valor de R\$ 181.409,98 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e nove reais e nove centavos) transferido para a Reserva de Lucros da Incorporadora ("Acervo Líquido"). **Ágio (goodwill):** Foram realizados ajustes contábeis decorrentes da contabilização de ágio, onde ocorreu a baixa do valor R\$ 67.467.790,41 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e noventa reais e quarenta e um centavos) equivalente a aproximadamente 66% (sessenta e seis por cento) do ágio (goodwill) registrado e contabilização em conta de resultado da Incorporada. Diante disso teremos o aproveitamento fiscal do ágio no valor de R\$ 22.939.089,53 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e nove mil e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos) equivalente a 34% sobre o próprio ágio registrado no intangível da Incorporadora como ágio na aquisição de investimentos. **Variações Patrimoniais:** A Incorporadora assumirá, absorverá e suportará as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da Incorporada que ocorrerem entre a Data-Base (que já considera os ajustes decorrentes dos Eventos Pro Forma, conforme indicado no Laudo de Avaliação) e a data da efetiva realização da Operação, observado que tanto as variações patrimoniais positivas quanto as variações patrimoniais negativas que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação serão reconhecidas no patrimônio líquido da Incorporadora, conforme o caso. **Variação Patrimonial da Incorporadora:** A Operação acarretará a variação patrimonial da Incorporadora no montante do Acervo Líquido, mediante a emissão de 9.844.920 (nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de aproximadamente R\$ 0,816034176 cada uma, sendo que o Acervo Líquido será alocado ao capital social da incorporadora. **Composição do Capital Social da Incorporadora Após a Operação:** Em razão da Incorporação, o capital social da Incorporadora passará a ser de R\$ 27.976.705,50, (vinte e sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e cinco reais e cinquenta centavos) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **1.3 Processo de ingresso da acionista controladora:** No contexto descrito, e após a incorporação reversa da Ademicon Participações S.A. pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A., ainda na data de 31 de dezembro de 2022, foi feita a contribuição de ações da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. na Ademicon Crédito Serviços e Consultoria SA., passando a ter o 100% de participação na Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Também ocorrendo a transferência do Plano de Opção de Compra de Ações da Incorporada, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Incorporada realizada em 02 de dezembro de 2021 ("Plano de Opção"), que permanecerá vigente de acordo com os seus termos e condições atuais, assumindo a Ademicon Crédito, na qualidade decessionária, todos os passivos, ativos e obrigações decorrentes do Plano de Opção, inclusive em decorrência dos contratos de outorga celebrados entre a Incorporada e beneficiários do plano ("Transferência do Plano de Opção" e, em conjunto com a Distribuição de Dividendos, os "Eventos Pro Forma").

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E CONSOLIDADA DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações. Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna semestre representa os valores coletados e utilizados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Observamos os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a seguir que foram aplicados: • Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019; • Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009; • Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 17 de julho de 2009; • Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 26 de junho de 2019; • Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 26 de junho de 2009; • Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 8 de julho de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica; • Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016; Em 01/01/2022 entraram em vigor as Resoluções BCB nº 120/2021/IFRS 15 e a Instrução Normativa BCB nº 187/2021 que aprovaram os seguintes pronunciamentos técnicos. **a) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021:** A Resolução BCB nº 120/2021, juntamente com o CPC 47, alteram a forma de reconhecimento das receitas de prestação de serviço, as quais eram contabilizadas no momento do recebimento da contraprestação e passaram a ser contabilizadas à medida que os serviços são prestados (quando a obrigação de performance é satisfetiva), determinando a adoção prospectivamente do Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente. Essas alterações foram aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022. **b) Instrução Normativa BCB nº 187, de 25 de novembro de 2021:** A Instrução Normativa BCB nº 187/2021 revoga a exigência do reconhecimento das despesas de comissão de venda de quotas de consórcio no resultado quando da realização da venda, conforme definido pela Carta Circular nº 2.598/1995. Desta forma, as despesas de comissão passaram a ser registradas pelo regime de competência, conforme CPC 47, onde essas alterações aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022. **c) Normas a serem aplicadas em períodos futuros: Resolução BCB nº 178,** de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica. A resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Ademicon esta realizando a avaliação dos impactos da adoção desta nova resolução, o qual será concluído até a data de sua

vigência da resolução. **Resolução BCB nº 219,** de 30 de março 2022. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos pacotes internacionais. A Resolução entra em vigor em 1º de Janeiro de 2025. A Ademicon esta realizando a avaliação dos impactos da adoção desta nova resolução, o qual será concluído até a data de sua vigência da resolução. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 14 de Abril de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes: **3.1 Da Administração:** **3.1.1 Auração de resultados:** O resultado é apurado pelo regime de competência mensal. Até 31 de dezembro 2021 a taxa de administração dos grupos de consórcio era reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. A partir de 01/01/2022, a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 revogou o Art. 8º, § 2º da Circular Bacen nº 2.381/93, e determinou a adoção prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47, onde a taxa de administração de receita de contrato com cliente passou a ser reconhecida por competência mensal, ao longo do prazo dos grupos de consórcio em cumprimento da obrigação de performance. Da mesma forma as despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio que em 31 de dezembro 2021 eram apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas, passaram a ser reconhecidas e registradas por competência mensal de acordo com o contrato com cliente a partir de 1º de janeiro de 2022: **3.1.2 Ativos Financeiros:** **3.1.2.1 Classificação e Mensuração:** A Ademicon classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial: **3.1.2.2 Ativos Mantidos até o Vencimento:** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **3.1.2.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):** São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas de créditos no futuro, onde a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito em compromisso de empréstimos e em contrato de garantia financeira aplicando os requisitos de redução ao valor recuperável, reconhecendo a provisão em outros resultados abrangentes. Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a entidade não precisa, necessariamente, identificar cada cenário possível. Entretanto, ela deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa, ou seja, uma estimativa contábil dos créditos de clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados. **3.1.3 Caixas e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixas e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades como depósitos bancários, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Recursos estes utilizados pela companhia para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **3.1.4 Outros créditos:** Compostos pelas taxas de administração a receber e comissões a apropriar, reconhecida pela competência a partir de 1º de janeiro de 2022, cotas vendidas para terceiros que estavam em poder da companhia, valores empréstimos a grupos encerrados que foram transferidos para a administradora e adiantamentos diversos (despesas com pessoal, despesas antecipadas e fornecedores). **3.1.5 Investimentos:** Está demonstrado ao custo de aquisição. **3.1.6 Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e reavaliação espontânea, acrescido de correção monetária até 31 dezembro de 1995, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens. **3.1.7 Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment em ambos os semestres. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: **3.1.8 Redução ao valor recuperável dos ativos:** Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, permanece o mesmo julgamento dado em 31 de dezembro de 2021, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, onde a administração da Companhia avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade. **3.1.9 Ativo e passivo circulantes e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **3.1.10 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 mil no ano (R\$ 120 mil no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. **3.1.11 Impostos e contribuições incidentes:** Gerada sobre o faturamento, as alíquotas de PIS/COFINS correspondem a 9,25% e alíquota de ISS corresponde a 2%; devido a regime tributário especial do programa Tecnoparque, junto com a prefeitura de Curitiba, previsto na lei complementar nº 64/2007, regulado pelo decreto nº 310/2008. **3.1.12 Passivos contingentes e obrigações legais:** São reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. **3.1.13 Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2022. **3.1.14 Resultados não recorrentes:** Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. **3.1.15 Reserva Legais:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **3.1.16 Outras Informações:** A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida resolução revogou o art. nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47. Assim, no exercício de 2021, tanto as receitas de taxa de administração, como as despesas de comissões, foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício de 2022, pelo regime de competência. O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência a refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado. Conforme o art. nº 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 foi aplicado prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022. **3.2 Dos grupos de consórcio:** **3.2.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:** Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nº 3.432 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração. Também possuímos valores aplicados em Debêntures devido a incorporação reversa efetuada em 31/12/2022. **3.2.2 Direitos dos consorciados contemplados:** Demonstrem os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens vigente no mês. **3.2.3 Provisões mensais de recursos a receber consorciados:** Refere-se à previsão de arrecadação de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de Administração. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. **3.2.4 Contribuições devidas ao grupo:** Demonstrem as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços. **3.2.5 Valores e bens ou serviços a contemplar:** Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços. **3.2.6 Obrigações com consorciados:** Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços. **3.2.7 Valores a repassar:** Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, multa rescisória e outros. **3.2.8 Obrigações por contemplações a entregar:** Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração. **3.2.9 Recursos a devolver a consorciados:** Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável. **3.2.10 Recursos dos grupos:** Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos. **3.2.11 Recursos coletados:** Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. **3.2.12 Recursos utilizados:** Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos: **3.2.13 Das normas para Consórcios:** A companhia está aplicando todas as instruções normativas e resoluções vigentes apresentadas pelo banco central na elaboração das Demonstrações Financeiras.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS E GESTÃO DE RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):** São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas de créditos no futuro, ou seja, uma estimativa contábil dos créditos de clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados. **ii. Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2022 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. **iii. Taxa de administração a receber:** corresponde ao diferimento das taxas antecipadas pagas pelo consorciado oriundas de lance e antecipação de parcela de acordo com o prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2022 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. **iv. Provisão para passivos Contingentes:** As Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **4.2 Gestão de Riscos:** A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Essa gestão é realizada pela administração da Companhia que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

5. CONTROLES INTERNOS

Nos termos da Circular nº 3.078/02, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela administração da sociedade.

6. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

6.1 Posição das operações de consórcios: Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	31/dez/22	31/dez/21
Número de grupos administrados	135	118
Quantidade de bens pendentes de entrega	6.085	4.948
Quantidade de bens entregues no período	8.014	6.723
Quantidade total dos bens entregues dos grupos em andamento	42.356	26.161
Número de consorciados ativos - Total	147.526	118.602
Contratos quitados	11.724	10.413
Contratos não quitados	135.802	108.189
Número de consorciados excluídos - Total	105.484	79.710
Taxa de inadimplência	12,88%	12,18%
Inadimplêntes	19.006	14.451
Contempladas	37.368	31.922

Taxa de administração
A taxa de administração média arrecadada nos grupos de consórcios está demonstrada conforme a seguinte tabela:

	31/dez/22	31/dez/21
Taxa ADM		
Imóveis	23,3%	23,1%
Veículos pesados	13,8%	13,7%
Veículos leves	14,2%	14,1%
Outros	21,7%	20,7%

6.2 Taxa de administração futura: Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	31/dez/22	31/dez/21
Consorciados contemplados/não contemplados	4.179.685	3.042.549

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/dez/22	31/dez/21
Caixa e equivalentes a caixa	355	635
Caixa geral	3	3
Bancos ¹	352	632

¹ O valor das disponibilidades encontra-se registrado em conta corrente sem remuneração e está disposto nas seguintes instituições financeiras em 31-12-2022 sendo: R\$ 349 em conta corrente Banco Bradesco, R\$ 1 em conta corrente Banco Itaú e R\$ 2 em conta corrente Caixa Econômica Federal

8. ATIVOS FINANCEIROS**8.1 Instrumentos financeiros:****(a) Resultado dos instrumentos financeiros**

	31/dez/22	31/dez/21
Instrumentos financeiros circulante	55.701	53.875
Cotas de fundos de investimentos	35.854	41.082
Títulos de renda fixa	19.847	12.793
Instrumentos financeiros não circulante	11.979	—
Debênture	11.979	—

(b) Classificação por categorias e prazos

	31/dez/22					
	Quantidade cotas	Sem valor cota	vencimento	1 a 361 dias	361 a Acima de 720 dias	Total

Títulos para negociação						
Cotas de fundos de Investimento ⁽¹⁾						
Brad H Ficti RF Refer DI LP Grupos	5.164,74239	10,0060569	54	—	—	54
Brad H FRRF Ref DI CP LP Executivo	3.674.121,49081	14,8785296	35.800	—	—	35.800
Títulos de renda fixa ⁽²⁾						
Caixa Econômica Federal			—	1.089	—	1.089
XP Investimentos				—	10.144	—
Banco Itaú				—	8.614	—
Total				35.854	19.847	—

Títulos mantidos até o vencimento

Debênture ⁽³⁾						
Ademicon Securizadora				—	5.119	6.860
Total				—	5.119	6.860

⁽¹⁾ O valor de mercado dos títulos públicos que compõe os fundos é correspondente ao preço dos ativos na B3 e indexados ao CDI. ⁽²⁾ A rentabilidade média dos CDBs emitidos esta destinado da seguinte forma: Caixa Econômica Federal 95% do CDI, Banco Itaú 100% do CDI e XP Investimentos 105% do CDI. ⁽³⁾ A Debenture é privada e não negociável, emitida pela Ademicon Securizadora possuindo uma rentabilidade média 3,5% ao ano mais CDI, onde a detentora era a Ademicon Participações S.A., a qual foi incorporada reversamente pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A. em 31/12/2022.

8.2 Outros ativos financeiros:

	31/dez/22	31/dez/21
Outros ativos financeiros - Circulante	24.402	1.590
Taxa de administração a receber (i)	11.970	893
Cotas comercializadas a receber (ii)	719	697
Comissão a apropriar (iii)	11.713	—
Outros ativos financeiros - Não circulante	217.472	8.960
Empréstimos a grupos encerrados (iv)	19.193	17.190
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito PCLD (iv)	(12.160)	(8.230)
Comissão a apropriar (iii)	210.439	—

(i) Tax

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais

	Valor	Saldo após	Saldo
	Emprestimo recuperado	recuperação	líquido
0 - 2 Anos	17.223	(7.394)	9.829
3 - 5 Anos	10.715	(7.832)	2.881
6 - 10 Anos	20.361	(15.169)	5.192
Mais de 10 Anos	14.186	(8.867)	5.319
Total	62.485	(39.262)	23.223

Dada a natureza da atividade da companhia, a cobrança pode levar mais tempo para serem negociados.

9. OUTROS VALORES E BENS

	31/dez/22	31/dez/21
Outros valores e bens	24.939	20.751
Cotas de consórcio ativas	22.620	18.772
Cotas de consórcio canceladas	2.319	1.979

10. OUTROS CRÉDITOS - ADMINISTRADORA

	31/dez/22	31/dez/21
Outros créditos - Circulante	6.123	3.193
Adiantamentos (i)	6.123	3.193
Outros créditos - Não circulante	466	51.928
Valores referentes a grupos encerrados (ii)	-	51.389
Depósito/Bloqueio judicial (iii)	466	539

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

12.1 Imobilizado de uso:

	Móveis e Instalações e Utensílios		Equipamentos de informática		Máquinas e equipamentos		Central Telefônica		Sistema de segurança		Total Imobilizado em uso	Imobilizações em curso ¹	Total Imobilizado
	10%	10%	20%	20%	10%	10%	10%	10%					
Saldo em 31/12/2021													
Custo	2.046	1.380	2.674	203	106	26	6.435	5.668	12.103				
Depreciação	(1.421)	(1.242)	(1.606)	(182)	(72)	(26)	(4.549)	-	(4.549)				
Saldo contábil líquido	625	138	1.068	21	34	-	1.886	5.668	7.554				
Saldo Inicial	625	138	1.068	21	34	-	1.886	5.668	7.554				
Aquisições	672	-	631	12	-	-	1.315	3.794	5.109				
(-) Baixas	-	-	(43)	-	-	-	(43)	(8.592)	(8.635)				
Depreciação	(129)	(30)	(379)	(13)	(10)	-	(561)	-	(561)				
(-) Baixas depreciação	-	-	11	-	-	-	11	-	11				
Saldo contábil líquido	1.168	108	1.288	20	24	-	2.608	870	3.478				
Migração por incorporação													
Custo	-	-	17	-	-	-	17	-	17				
Depreciação	-	-	(11)	-	-	-	(11)	-	(11)				
Saldo contábil líquido	-	-	6	-	-	-	6	-	6				
Saldo em 31/12/2022													
Custo	2.718	1.380	3.279	215	106	26	7.724	870	8.594				
Depreciação	(1.550)	(1.272)	(1.985)	(195)	(82)	(26)	(5.110)	-	(5.110)				
Saldo contábil líquido	1.168	108	1.294	20	24	-	2.614	870	3.484				

¹ Imobilizado em curso: capitalização de projetos em andamento com o objetivo de construir a nova arquitetura de tecnologia da companhia e criar soluções digitais de venda e relacionamento para potencializar o produto core e lançamento de novos produtos.

12.2 Intangível:

	Marcas e Software		Ágio		Total Intangível
	20%	20%	20%	20%	
Saldo em 31/12/2021					
Custo	685	4	-	689	
Depreciação	(239)	-	-	(239)	
Saldo contábil líquido	446	4	-	450	
Saldo Inicial	446	4	-	450	
Aquisições	9.437	-	22.939	32.376	
(-) Baixas	-	-	-	-	
Depreciação	(278)	-	-	(278)	
Saldo contábil líquido	9.605	4	22.939	32.548	
Saldo em 31/12/2022					
Custo	10.122	4	22.939	33.065	
Depreciação	(517)	-	-	(517)	
Saldo contábil líquido	9.605	4	22.939	32.548	

¹ Ágio Incorporação: devido a incorporação realizada em 31 de dezembro 2022 foi registrado o valor de 34% sobre o ágio para recuperabilidade fiscal.

13. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/dez/22	31/dez/21
IRPJ e CSLL	11.818	8.375
PIS e COFINS ¹	4.166	2.462
ISS	2.407	1.669
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.728	1.480
Outros tributos ²	2.090	1.589

¹ PIS e Cofins: corresponde ao saldo incidente sobre a operação da Instituição. O aumento, deu-se por conta da avançagem da operação de consórcio e incorporação.

² outros tributos: refere-se contribuições e provisões sobre salários.

14. PASSIVOS FINANCEIROS

Corresponde à taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcio de forma antecipada ao regime de competência (anteriormente ao cumprimento da obrigação de performance), a ser realizada ao longo do tempo pelo método linear no prazo de contrato com o cliente atendendo a regulamentação do BACEN através da Resolução BCB nº 120, que adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47.

	31/dez/22	31/dez/21
Taxa administrativa a apropriar - Circulante	27.271	-
Taxa de administração de lance recebido ¹	13.957	-
Taxa de administração antecipada ¹	13.314	-
Taxa administrativa a apropriar - Não circulante	160.036	-
Taxa de administração de lance recebido ¹	85.321	-
Taxa de administração antecipada ¹	74.715	-

¹ As taxas de administração de lance recebido e taxa de administração antecipada também estão lineares ao prazo do contrato, reconhecidas pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente.

15. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Valores recebidos após encerramento dos grupos que não foram distribuídos entre os consorciados pertencentes a esses grupos, devido a não localização do consorciado. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, a companhia está realizando tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta de recursos não procurados está representado pelo montante de R\$ 22.755, sendo

(i) Adiantamentos diversos (viagens, cartão de crédito, custas judiciais, recursos de grupos), adiantamentos de férias, antecipações salariais, impostos a recuperar, despesas antecipadas e fornecedores diversos;

(ii) Valores referentes a grupos encerrados: refere-se a valores de grupos encerrados transferidos para a administradora no momento do encerramento do grupo. Esses valores geram um lançamento no ativo (valores pendentes de recebimento de grupos encerrados) e um valor igual no passivo (valores, referentes a grupos encerrados, a serem pagos a consorciados ativos e adimplentes no momento do rateio). Devido a nova regra aplicada aos valores referentes a grupos encerrados, o saldo da conta foi transferido para as contas de compensação conforme a instrução normativa BCB nº 208;

(iii) Valores referentes a processos judiciais trabalhistas e processos de grupos de consórcios.

11. OUTROS CRÉDITOS - GRUPOS

Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

	31/dez/22	31/dez/21
Direitos junto a consorciados contemplados	2.536.050	1.865.503
Normais	2.471.055	1.817.521
Em atraso	12.466	9.331
Cobrança judicial	52.529	38.651

dezebro de 2021). **18.4 Reserva de Lucros a Realizar:** De acordo com o deliberado em reunião dos acionistas, foi constituída a Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 65.999 em 31 de dezembro de 2022, para que seja realizado durante o exercício de 2023 e para que o montante de dividendos obrigatórios ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício de 2022.

19. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Devido a incorporação realizada na data de 29 de novembro de 2021 e juntamente com a força de vendas realizada no exercício de 2022, nossa receita de prestação de serviços gerou um aumento significativo referente ao exercício de 2021.

	2º Semestre 2022	31/dez/22	31/dez/21
Total	235.038	415.341	283.752
Taxa de administração ¹	233.261	411.978	281.988
Taxa de transferência de contratos	892	1.706	1.163
Outras taxas	885	1.657	601

¹ Taxa de administração: A Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 revogou o Art. 8º, § 2º da Circular BACEN nº 2.381/93, que estabelecia o reconhecimento da receita de taxa de administração por ocasião de seu efetivo recebimento, e determinou a adoção prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES

	2º Semestre 2022	31/dez/22	31/dez/21
Total	21.904	42.540	16.623
ISS	6.282	11.770	8.772
COFINS	12.844	25.296	6.452
PIS	2.778	5.474	1.399

21. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2022	31/dez/22	31/dez/21
Total	21.375	42.186	16.993
Proventos	13.255	25.989	11.160
Encargos	6.176	12.393	3.614
Benefícios	1.944	3.804	2.219

22. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia adotou a política de participação nos lucros e resultados a partir do ano 2020, totalizando um saldo de R\$ 4.812 no período findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 2.035 em 31 de dezembro de 2021.

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2022	31/dez/22	31/dez/21
Total	70.378	125.985	182.661
Comissões pagas a terceiros ¹	17.860	26.295	145.741
Despesas de marketing e propaganda	18.263	36.506	16.117
Despesas com incentivos/patrocínios comerciais ²	14.658	26.429	2.680
Serviços de terceiros	5.403	8.530	9.289
Despesas com processamento de dados	4.652	7.646	2.314
Constituição PCLD	1.954	7.469	48
Outras despesas	2.235	4.316	3.495
Despesas de aluguel/utilidades	2.821	4.535	2.473
Despesas de transporte/viagens	2.024	3.422	243
Depreciação e amortização	508	837	261

¹ Comissões pagas a terceiros: até 31 de dezembro de 2021, as despesas de comissões sobre vendas das cotas de consórcios eram apropriadas ao resultado, substancialmente, por ocasião da comercialização. O BACEN, através da Resolução BCB nº 120, adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47, e a partir de 2022 as comissões sobre vendas das cotas de consórcios passaram a ser capitalizadas na rubrica de "Comissões a apropriar" (Nota 10 (vii)), líquida da redução ao valor recuperável com base em estimativa dos custos incrementais não recuperáveis, e amortizados ao resultado numa base sistemática consistente. ² Foram criadas campanhas de incentivo e fechados novos patrocínios durante o semestre entre a companhia e as marcas, eventos como o Summit para divulgação da nossa marca, além de premiação para a entrada de novos clientes.

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2022	31/dez/22	31/dez/21
Total	183	184	1.293
Despesas bancárias	215	431	870
Varição monetária ativa/passiva	93	(209)	338
Multas e juros	65	118	136
Outras receitas/despesas operacionais	(190)	(156)	(51)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º Semestre 2022	31/dez/22	31/dez/21
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros	122.402	211.290	65.343
(-) Efeito CPC 47	(37.494)	(46.442)	-
(+) Despesas indedutíveis	36	91	316
(+) PDD	2.584	8.676	-
(+) Doações	370	734	66
(+) Brindes	478	1.180	867
Base de cálculo	88.376	175.529	66.592
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto antes das deduções	(30.036)	(58.020)	(22.765)
Incentivos fiscais (PAT/outros)	518	940	357
IR e CS no resultado do exercício	(29.518)	(57.080)	(22.408)

26. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Foram distribuídos dividendos no exercício de 2022 no valor de R\$ 97.759, e foi aprovado, conforme faculta o Estatuto Social da Companhia e o art. 204 da Lei 6.404/76, que a Diretoria realize o pagamento de dividendos com base nos balanços intermediários levantados ao longo do presente exercício, observando-se a distribuição do Lucro apurado nas demonstrações financeiras intermediárias, limitando-se ao valor de R\$ 120.000 no presente exercício social.

27. PARTES RELACIONADAS

27.1 Investimentos em coligadas e controladas: A Companhia não possui investimentos em coligadas e controladas. **27.2 Partes relacionadas:** Na data-base 31/12/2022, a companhia tem dois contratos de debêntures emitidos pela Ademicon Securitizadora S.A., no montante total de R\$ 11.979. **27.3 Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração total dos diretores estatutários, registrada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi equivalente a R\$ 2.456 e R\$ 1.723 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

28. SEGUROS CONTRATADOS

Para o período foram contratados seguros para nossos imóveis das sedes administrativas, onde eles estão sendo apropriados pelo período do contrato da apólice sendo suas coberturas as seguintes: - Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza; - Danos elétricos; - Despesas de recomposição de registros e documentos; - Quebra de vidros; - Rompimento de tanques e tubulações; - RC estabelecimentos comerciais e/ou industriais; - Danos morais - RC estabelecimentos comerciais/industriais.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão deste documento, a companhia não registrou eventos subsequentes na Ademicon Administradora de Consórcios S.A.

DIRETORIA

Tatiana Schuchovsky - Diretora Presidente

Guilherme Carrasco - Diretor Vice-Presidente

Jorge Mancia - Diretor Financeiro

Carlos Eduardo Matozo - CRC: 023076/O-5 TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. ("Ademicon"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022, e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre e exercício findo nessa mesma data, as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e da demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Ademicon, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Ademicon é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Ademicon é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ademicon continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ademicon ou cessar suas operações, ou

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2779-EB08-33C1-4B82> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2779-EB08-33C1-4B82



Hash do Documento

785A67DB58A837B601D4A498DF4F3ABAC35C49358D0B7D3A102B0675B875AFB2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/04/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 18/04/2023 00:07 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

